

## A agenda anti-indígena - a mão e o gatilho



Por **LUIS FERNANDO NOVOA GARZON\***

*Bruno e Dom não morreram defendendo apenas florestas e rios, mas sim os povos cocriados com eles*

Depois de vidas inteiras dedicadas aos inteiramente outros, sobram fragmentos, vestígios e remanescentes humanos do indigenista Bruno Vieira e do jornalista Dom Philips. Restos é o que nos tornamos, os que ficamos no mesmo intento. Sim, fomos todos emboscados, alvejados, queimados, esquartejados. Agora, somente juntando nossos cacos e os cacos desta história de horror normalizado é que vamos poder nos fazer inteiros de novo.

Entregar e identificar os corpos após confissão e localização dos restos mortais por parte de um dos executores, é isso que apresentam como o desfecho exitoso da “Operação Javari”? A Polícia Federal, seguidamente decapitada para se subordinar aos arbítrios palacianos, trouxe a público o que sobrou dos corpos como se sua missão estivesse cumprida. Desaparecidos, não, encontrados. A pressa em encerrar o caso é elucidativa.

Os assassinos agiram sozinhos, sem mandantes nem organização criminosa envolvida, advogam sem pudor os investigadores. Sabe-se, contudo, que até oito pessoas tenham se alternando entre a emboscada, a execução, o desfiguramento e a ocultação dos corpos - o que pressupõe premeditação conjunta e divisão de tarefas. Tal condição é mais que suficiente para caracterizar uma organização criminosa: *animus associativo* de grupo movido por fins criminosos particulares e/ou de terceiros.

Nos dias em que Bruno e Dom ficaram desaparecidos ou ocultados, o mentor-mor da escalada de invasões, intrusões e assassinatos nos territórios indígenas, ponteando o avanço da mineração e do agronegócio, se esperançou no sumiço. “São dezenas de milhares de pessoas que desaparecem todo dia”, então porque preocupar-se apenas com “esses dois?” redarguiu o presidente destilando seu cinismo de praxe. Seria mais simples para sua base de sustentação na Amazônia, se o caso se convertesse em uma fatalidade anônima.

Logo que percebeu que a tese não se sustentaria, o mandatário passou a culpabilizar as vítimas pela “aventura” em “área extensa e perigosa”. Não é o meio físico que determina um maior ou menor nível de riscos e sim as dinâmicas socioterritoriais que vão sendo autorizadas e legitimadas. A Amazônia não parece nada perigosa para garimpeiros, grileiros, pistoleiros e empresas de commodities que vão na sua cola. É perigosa, sim, para quem a defende. A cada declaração presidencial e a cada Projeto de Lei, Medida Provisória, Portaria e Instrução Normativa encaminhados pelo Executivo, são criadas expectativas de pilhagens adicionais da Amazônia, ficando marcados para morrer, de alma e de corpo, seus povos e comunidades tradicionais.

O avalista dos algozes disse ter convicção de que se Bruno e Dom tivessem combinado antes com a FUNAI, nada disso teria ocorrido. Marcelo Xavier, o testa de ferro (ou de ouro?) colocado à frente do órgão, falseia em coro: “É importante que as pessoas entendam que quando se vai entrar em uma área dessas, existe todo um procedimento”. Quer dizer que, se a “Nova FUNAI”, convertida em algo similar a um escritório do crime ambiental organizado, fosse avisada, ela seguraria as mãos assassinas de seus pares?

A FUNAI, quando era algo parecido com uma agência pública, destinada a criar uma interface dialógica e de construção conjunta de políticas públicas territoriais junto aos povos indígenas, com todos seus limites e contradições, tentava proteger ou pelo menos não facilitava intrusões, nem se alinhava às pressões de todas as ordens sobre seus territórios.

# a terra é redonda

Na ponta da linha, as confissões dos pescadores são espetacularizadas enquanto se obscurece os que controlam o carretel, isto é, o planejamento da execução seletiva em dia, horário e local determinado. Alcançado o barco em que seguiam Bruno e Dom, no rio Itaquaí, afluente do Javari, ninguém ouviu a troca de tiros. Caçada matutina, vá saber quem a pratica. O entrelaçamento das atividades ilícitas no entorno e no interior das terras indígenas é de alto interesse das atividades lícitas baseadas na extração de recursos naturais. Assim como o desinvestimento e sucateamento das empresas públicas abrem caminho para privatizá-las, as pressões descaracterizadoras do tráfico e do garimpo abrem flancos para novas apropriações e espoliações.

Enquanto pelados, sem eira nem beira, confessam seus crimes, quem fica nu é o Rei. Quem enxergar, e contar o que viu, viverá?

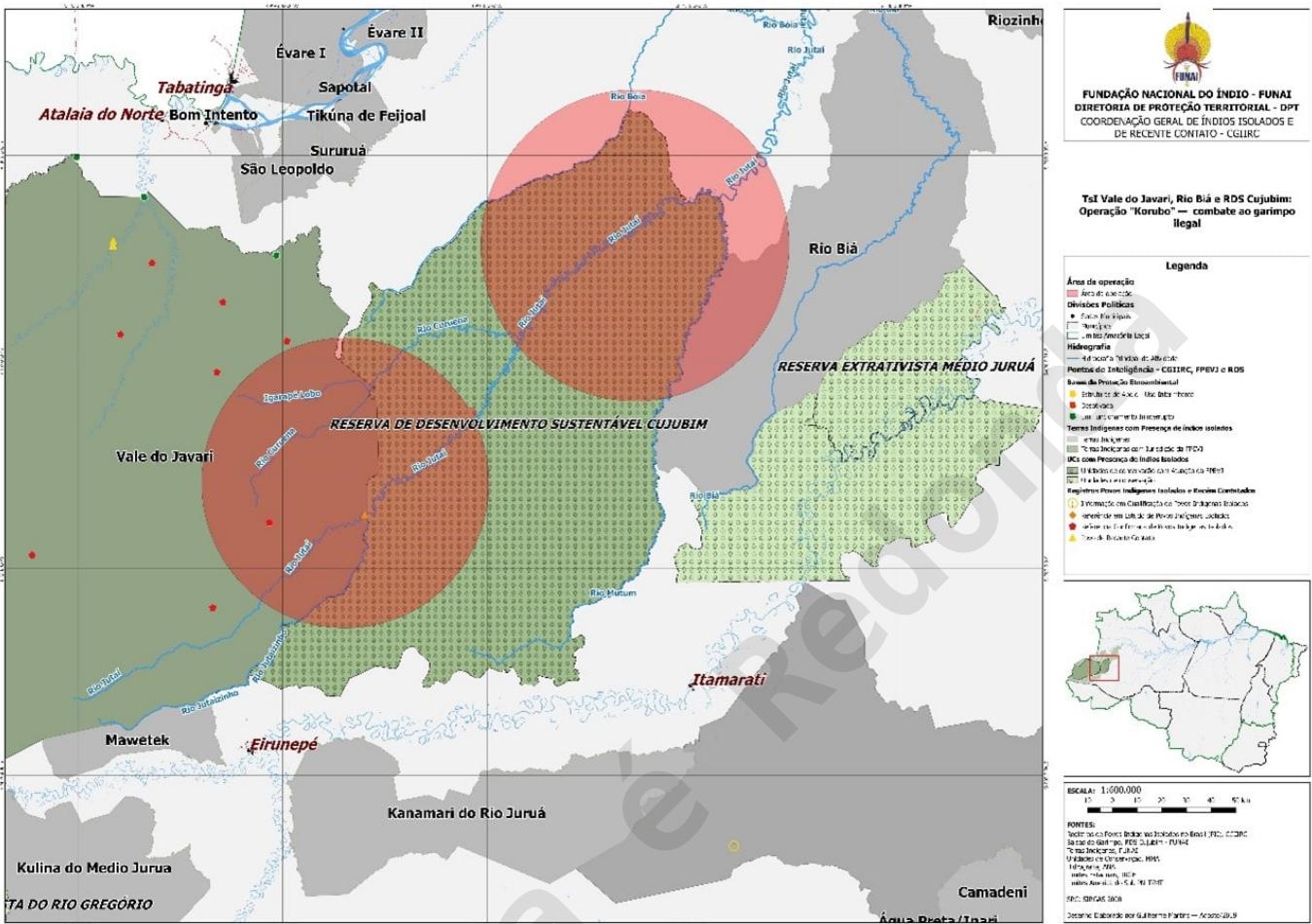
A Polícia Federal indulta a quem quando diz em nota oficial que os “executores agiram sozinhos” e ainda “sem mandantes e sem organizações criminosas”? É preciso vendar os olhos e apagar denúncias, evidências e indícios que vão na direção contrária dessas afirmações, como as feitas pela União dos Povos do Vale do Javari (Univaja) e a Associação dos Kanamary do Vale do Javari (Akavaja) sobre invasões, garimpo, extração de madeira e pesca ilegal.

Apagar em particular as juras de vingança da rede criminosa de garimpo instalada na região, em parte desbaratada em setembro de 2019 pela Operação Korubo, a última grande operação conjunta entre PF, IBAMA e FUNAI antes das intervenções e desmontes destes órgãos. Foram apreendidas e destruídas 60 das 122 balsas de garimpo entre os rios Javari, Jutai e Curuena, como pode ser verificado nas áreas assinaladas no mapa utilizado no planejamento da Operação.

Apagar também o antes e o depois desta Operação. O alerta sobre a gravidade do espraiamento do garimpo ilegal no Vale do Javari, foi dado em abril de 2019 pelo próprio Bruno Araújo Pereira, quando estava na Coordenação Geral de Indígenas Isolados e de Recente Contato (CGIIRC). O objetivo era destruir balsas e dragas para fazer pressão no sentido contrário ao do desmonte das políticas de reconhecimento das terras indígenas e de proteção aos povos isolados, impondo máxima restrição de acesso.

O regramento e atuação em defesa dos povos isolados é a última linha de resistência dos direitos territoriais no Brasil, já esgarçada quando do licenciamento dos grandes projetos do PAC na região entre 2006 e 2014. Mas foi a partir do Golpe de 2016 e do alçamento das forças ultraliberais e milicianas em 2018 que o desmonte se aprofundou, tanto no terreno discursivo como no das práticas materiais. Após a deflagração da Operação Korubo, um último soluço de uma política indígena não integracionista, os ânimos se exaltaram entre os lobbies do garimpo e do agro associados e o sertanista foi prontamente exonerado do cargo.

# a terra é redonda



**Fonte: FUNAI, 2019.**

Apagar as evidências trazidas da “Operação Ágata conjunta” na Tríplice Fronteira, em março deste ano, após varredura do rio Japurá, quando foi possível demonstrar como garimpo e tráfico de drogas tem se fundido na prática, seja na cirlaçao, seja na lavagem de ouro e dinheiro.

Apagar, por fim, a última denúncia pública do sertanista assassinado, há menos de 30 dias de sua morte. Ele constatava o retrocesso no combate às atividades ilícitas na região e que a mineração ilegal voltara ao patamar anterior à Operação Korubo “os garimpeiros estão lá e a informação que a gente tem de outros kanamari é que o Rio Curuena tá empesteado de balsa de garimpo”.

Motivos torpes para a execução de dois aliados de povos indígenas acuados e cercados por grileiros, madeireiros e garimpeiros não faltavam. Receptadores do ouro sujo, os donos de DTVMs (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários) muito bem relacionados com esferas institucionais nos três níveis da Federação, ao mesmo tempo que limpam o terreno operacional, também fazem mover proposições de mineração compulsória em terras indígenas junto ao Congresso e à Agência Nacional de Mineração.

Existem perguntas cujas respostas custam cabeças. Ai de quem responder a quem interessa a ocultação de outras autorias e coautorias, a ocultação dos nexos entre esta organização criminosa e outras organizações e respectivas atividades ilícitas. Ai de quem comprovar as conexões entre estas organizações, as oligarquias políticas locais e estaduais e os operadores-chave em Brasília.

Por isso há quem mande declarar que não há mandantes e há os que obedecem. Desavença, raiva repentina, eis a motivação certeira para que não apareça a motivação de fato. Do peixe ao ouro: a pesca e caça para contrabando, assim como o tráfico de cocaína e a mineração ilegal de ouro são altamente lucrativas. A cadeia de comando destas atividades

# a terra é redonda

remunera no sentido do “vale quanto pesa”. Não pesa pouco, em termos de intimidação e silenciamento da denúncia da rapina dos territórios, fazer desaparecer um sertanista organicamente reconhecido pelos povos e um jornalista de reputação internacional.

Uma corruptela da teoria da indústria infante, aquela que carece de proteção alfandegária para crescer, seria a teoria dos enclaves nascentes que precisam de regimes neoliberais autoritários que desmanchem normativas sociais e ambientais, produzindo assim subsídios regulatórios às avessas. Desta forma é que tem se expandido os corredores de extração e circulação de matérias-primas – lícitas e ilícitas – na Amazônia, com conexões globais comuns.

O problema, portanto, não está na ausência do Estado, e sim na sua presença sobre-determinada, no intuito da dissolução de acordos e pactuações sociais prévias. A agenda anti-ambiental e anti-indígena, afora as negociações financeiras e patrimoniais proporcionadas por Paulo Guedes, é a pedra angular de sustentação do atual governo e não quer deixar de ser do próximo. Os fascismos territoriais que lastreiam a bancada das commodities (maior que a ruralista) no Congresso Nacional e que se antenam na cadeira presidencial estão demarcando com sangue suas posições no front amazônico.

O ataque direto e em profundidade ao Vale do Javari, com cerca de 5 mil indígenas das etnias Marubo, Mayoruna, Matis, Kanamary, Kulina, Korubo e Tyohom-Dyapah, além de diversos grupos isolados é um teste decisivo para o destino do conjunto da região. Bruno e Dom não morreram defendendo apenas florestas e rios, mas sim os povos co-criados com eles. E são os povos isolados e recém-contatados os que melhor compreendem esta concomitância entre seres, tempos e lugares. A possibilidade de convivermos e de aprender com estes modos não instrumentais de vida, a chance de podermos um dia nos reconhecer como nação multi e pluriétnica, está em jogo.

**\*Luis Fernando Novoa Garzon** é sociólogo, doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ e professor da Universidade Federal de Rondônia.